

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SOCIOESPACIAIS CONSTITUÍDOS

Joana Tereza Vaz de MOURA¹

Gerson Barbosa BORGES²

Silmara Oliveira Moreira BITENCOURT³

Douglas Pimenta DI DONATO⁴

RESUMO

Esta nota tem como objetivo principal apresentar o conceito de movimentos socioterritoriais e socioespaciais constituídos utilizados na pesquisa sobre as ações desses movimentos pela equipe do espaço agrário da Rede DATALUTA. Fazemos um diálogo com a literatura dos movimentos sociais, desde a perspectiva das ciências sociais para contribuir com uma visão geográfica desses sujeitos, entendidos, portanto, como movimentos socioterritoriais e socioespaciais. O texto busca servir de referência para os e as pesquisadoras que participam da Rede, bem como fornecer contribuições ao debate sobre as ações dos movimentos no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais e socioespaciais, Rede DATALUTA, Ação coletiva, Movimentos constituídos.

Established socioterritorial and sociospatial movements

ABSTRACT

The main objective of this note is to present the concept of socioterritorial and sociospatial movements used in research on the actions of these movements by the DATALUTA Network's agrarian space team. We engage in a dialogue with the literature on social movements from the perspective of social sciences to contribute to a geographical view of these subjects, therefore understood as socioterritorial and sociospatial movements. The text seeks to serve as a reference for researchers participating in the Network, as well as to provide contributions to the debate on the actions of movements in the contemporary context.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e-mail: joanateresa@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: gerson.borges@unesp.br

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: silmara.moreira@unesp.br

⁴ Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: d.donato@unesp.br

Keywords: Socialterritorial and sociospatial movements, DATALUTA Network, Collective action, established movements.

Movimientos socioterritoriales y socioespaciales constituidos

RESUMEN

El principal objetivo de esta nota es presentar el concepto de movimientos socioterritoriales y socioespaciales utilizado en la investigación sobre las acciones de estos movimientos por parte del equipo de espacio agrario de la Red DATALUTA. Entablamos un diálogo con la literatura sobre movimientos sociales desde la perspectiva de las ciencias sociales para contribuir a una visión geográfica de estos sujetos, entendidos por tanto como movimientos socioterritoriales y socioespaciales. El texto busca servir como referencia para los investigadores participantes de la Red, así como brindar aportes al debate sobre las acciones de los movimientos en el contexto contemporáneo.

Palabras clave: Movimientos socioterritoriales y sociospaciales, Red DATALUTA, Acción colectiva, Movimientos constituidos.

INTRODUÇÃO

Desde 2020, a Rede Brasileira de Pesquisa das Luta por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA) vem desenvolvendo, em parceria com diversas universidades nacionais e internacionais, o projeto "Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada"⁵. Um dos objetivos desse projeto é analisar os tipos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais, suas ações e relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em perspectiva comparada nos diferentes países pesquisados.

A partir de então, têm sido realizados debates teórico-metodológicos com equipes de pesquisadores/as de diversos níveis de formação que lidam com a investigação sobre os tipos de movimentos e as ações desenvolvidas nos espaços urbano, agrário, floresta e água. Com o intuito de aprofundar ainda mais essas discussões e auxiliar no levantamento de dados, esta nota conceitual tem como objetivo subsidiar as discussões e reflexões na Rede DATALUTA sobre a compreensão

⁵ Convênio Capes-Print-Unesp - PROPG 02/2019 - Redes de Pesquisa Internacionais (MSTPC-RPI), Convênio Capes-Print-Unesp - Propg 02/2020 – Alianças Globais de Pesquisa (MSTPCAG).

do conceito de movimentos socioterritoriais e socioespaciais constituídos, que fundamentam a pesquisa.

Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, além dos dados levantados e compilados pela Rede DATALUTA. Dessa forma, o texto está subdividido em três seções: na primeira parte, apresentamos algumas contribuições teóricas sobre o conceito de movimentos sociais e os estudos desenvolvidos pelas diversas áreas do conhecimento. Em seguida, abordamos a perspectiva geográfica e nosso entendimento em relação aos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Por fim, demonstramos os principais componentes que devem ser considerados nos movimentos constituídos para fins de análise na pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais têm sido analisados por diversas áreas do conhecimento na tentativa de compreender os fenômenos sociais que têm como principal fator as formas de agrupamentos coletivos. No campo das ciências sociais, foram construídos diversos paradigmas para compreender as ações coletivas, e eles tiveram grande influência na interpretação dos movimentos sociais. As teorias clássicas sobre as ações coletivas podem ser encontradas nas abordagens norte-americanas e européias, e foram importantes na construção do pensamento latino-americano.

Nos Estados Unidos, os debates foram sustentados por teorias clássicas da ação coletiva que enfatizavam os comportamentos coletivos, "considerados como frutos de tensões sociais" (Gohn, 1997, p. 24). Nessa concepção, os movimentos sociais não seriam produtores de novas instituições políticas, nem teriam a capacidade de influenciá-las, pois seriam caracterizados como espontâneos. As análises contemporâneas norte-americanas buscaram destacar produções teóricas que se concentraram na mobilização de recursos, nas oportunidades políticas e no campo da cultura. Essas mudanças possibilitaram compreender os movimentos sociais enfatizando "a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandantes (...) e os discursos dos atores dos movimentos" (Gohn, 1997, p. 69). Autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow, entre outros, se tornaram referências nesse debate e produziram várias interpretações sobre a ação dos movimentos sociais, ganhando bastante visibilidade nos estudos contemporâneos no Brasil nas ciências sociais. Em diversos de seus trabalhos, Charles Tilly destacou o papel das variáveis políticas e dos repertórios na dinâmica dos movimentos sociais. Para Tilly (2005), o repertório, enquanto conjunto de táticas e ações, é um produto de ações históricas que se reproduzem ao longo dos anos e se moldam de acordo com a cultura e o contexto vigente, como

marchas, ocupações, greves, etc. Tilly (2004) ainda destaca que não podemos estender o conceito para abarcar ações coletivas pontuais, para ser considerado movimento social, precisamos compreender as dinâmicas relacionais que incluem: “a) a incessante disputa e realinhamento que sempre ocorrem no seio dos movimentos sociais; e b) a interação entre ativistas, constituintes, alvos, autoridades, aliados, rivais, inimigos e públicos que compõem a textura mutável dos movimentos” (Tilly, 2004, p. 07).

Assim como Tilly, Tarrow (2009) compreende a ação coletiva de confronto como a base dos movimentos sociais, dos protestos e das revoluções. Entretanto, o autor ressalta que “isso não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros e estes se engajam em autodesenvolvimento e a construção de identidades coletivas” (Tarrow 2009, p. 19).

No caso europeu, o paradigma marxista e o paradigma dos Novos Movimentos Sociais tornaram-se referências desde os anos 70 para os estudos latino-americanos. Ao contrário das teorias norte-americanas, que têm sido mais recentemente pautadas no debate dos movimentos sociais no Brasil, o uso dos paradigmas europeus teve centralidade, especialmente por possibilitar os estudos mais empíricos-descritivos da época. Segundo Gohn (1997, p. 171), a perspectiva marxista “refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural”, ou seja, “trata-se da luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação” (idem). Esse foi um referencial importante para os estudos das ações dos movimentos sociais, inclusive por ser uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Dessa perspectiva, podemos reconhecer a importância de pautar a origem dos participantes, os interesses dos movimentos e os projetos político-ideológicos de cada movimento.

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais, buscando questionar o paradigma tradicional marxista, apostou na análise dos movimentos a partir da cultura, da ideologia, das lutas sociais cotidianas, da solidariedade e dos processos de identidade criados (Gohn, 1997). Além disso, segundo Gohn (1997), as principais contribuições desse modelo teórico estão no fato de trazer as questões culturais para o centro do debate, ou seja, pensar a importância dos discursos e narrativas dos sujeitos no processo de mobilização coletiva. A identidade nesse processo torna-se um aspecto fundamental a ser analisado. Esse paradigma também oferece uma outra leitura do sujeito social, entendido como um “coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade (...)” (Gohn, 1997, p. 122) e postula uma reflexão da política no âmbito das relações microssociais e culturais.

Outros autores também têm destacado o papel da cultura para a análise dos movimentos sociais, especificamente como impulsionadora dos conflitos sociais e das mudanças. Tan e Snow (2015) procuram mostrar como muitos movimentos sociais emergem a partir de conflitos culturais e modificam estruturas e interesses. Para os autores, a cultura é utilizada como instrumento de mudança, pois é a partir dela que os movimentos identificam mecanismos por meio dos quais constroem suas demandas e conseguem influenciar aparatos estatais, além de se posicionar perante a sociedade. Ou seja, aspectos culturais como valores, ideologia e práticas podem alterar determinadas configurações estabelecidas nos arranjos institucionais (Moura, 2018). A dimensão cultural, assim, é fundamental no debate contemporâneo sobre movimentos sociais e é composta por pensamentos compartilhados, sentimentos e valores que permeiam a ação coletiva.

No Brasil, especialmente nos últimos anos, teóricos buscaram refletir sobre as diferentes dinâmicas dos movimentos sociais nas interfaces com a burocracia estatal (Abers e Tatagiba, 2015; Carlos, 2015; Silva, 2011). Esses estudos contribuíram para a compreensão do "ativismo institucional", ou seja, quando militantes ingressam no Estado e levam parte das pautas dos movimentos para serem defendidas e transformadas em políticas públicas. Entretanto, não é somente do ativismo institucional que os movimentos atuam na construção e implementação de políticas públicas. Como parte de sua existência, os movimentos sociais estão constantemente tensionando o campo político para garantir que suas demandas sejam atendidas ou incorporadas em propostas de ação.

Alguns trabalhos elaborados por membros da Rede DATALUTA destacam políticas públicas que foram criadas a partir da agência dos movimentos sociais. Como exemplo desse processo, destacamos artigos produzidos por Moura et al. (2021; 2023) e Borges e Fernandes (2021), que buscaram compreender as dinâmicas dos movimentos do campo na elaboração de políticas estaduais específicas para a agricultura familiar, como o Programa Estadual de Sementes Crioulas, o Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) e o Programa Camponês. Os textos mostram como os movimentos, especialmente o MST, MPA, a Fetag e a Fetraf foram essenciais para pautar suas demandas no Estado e na Assembleia Legislativa, mobilizando e sensibilizando gestores públicos e deputados das mais diversas posições ideológicas para a aprovação das políticas em questão. Portanto, "os movimentos sociais não podem ser reduzidos analiticamente às ações da política de confronto desencadeadas e sustentadas por organizações e redes informais (...) os movimentos também cooperam com o Estado" (Lavalle *et al*, 2018, p.39) e o disputam, enquanto atuam em prol de políticas públicas e singulares projetos de desenvolvimento.

Na aparência, essa dimensão da luta expressa avanços na elaboração e conquista de políticas públicas que irão beneficiar os sujeitos necessitados. Na essência, também, são avanços da luta de classes, tendo em vista que alguns movimentos buscam superar o atual modo de produção.

Desse modo, entendemos que as contribuições produzidas pelas ciências sociais podem nos ajudar a compreender as ações dos movimentos, mas não são suficientes para nossas reflexões e aproximação sob o movimento da realidade, pois não abarcam de modo dialético a multidimensionalidade dos fatores e processos sociais que podem ser captados pela contribuição da geografia, especialmente a partir das dimensões do espaço e do território. Neste sentido, trabalhamos com o intuito de fazer uma análise dos sujeitos coletivos a partir de uma perspectiva geográfica, a partir dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005).

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS

Os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais começaram a ser construídos através das pesquisas de mestrado e doutorado realizadas desde a década de 1990 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp, e o professor Jean Yves Martin, da Université Michel de Montaigne/Bordeaux III. Uma das primeiras publicações consideradas como base desses conceitos foi um artigo publicado sobre a interação espaço-sujeito (Fernandes, 1991), no qual o autor já iniciava o desenvolvimento de uma perspectiva multidimensional para o estudo dos movimentos sociais.

Desde então, Bernardo Mançano Fernandes tem avançado no debate conceitual dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica e de leitura da realidade das ações dos movimentos do campo, com diversas pesquisas realizadas por ele e por orientandos de graduação e pós-graduação, que têm contribuído nos estudos teóricos sobre os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais⁶.

Tendo como referência as obras citadas, podemos concluir que o conceito de movimento socioespacial se refere à luta daqueles movimentos que têm como objetivo principal a transformação da realidade através da criação e mediação de espaços. Esses espaços são possibilitados através da reivindicação de uma agenda comum entre os integrantes desses movimentos, na qual eles irão se organizar em torno de interesses que compõem essa agenda,

⁶ Alguns desses resultados de pesquisas podem ser consultados em: Pedon, 2009; Souza, 2012; Pereira, 2015; Fernández, 2018; Silva, 2018; Sobreiro Filho, 2016, 2020; Borges, 2020; Buscioli (2024).

praticando ações coletivas que corroborem para a criação desses espaços, sejam eles materiais ou imateriais. Essa criação dos espaços se dá através da conflitualidade, com instituições públicas ou privadas, do mesmo modo, com outros movimentos que representam interesses pró-capitalistas e anti sustentabilidade. O movimento socioespacial não busca a criação de um território para autogestão, mas procura mediar as relações dentro do espaço geográfico.

Por outro lado, mas não contraditoriamente, o movimento socioterritorial é formado para representar outros tipos de interesses, voltados à criação de um território próprio que possibilite a permanência e reprodução dos membros que o movimento representa. Conforme demonstrado por Fernandes (2005, p. 31): "A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território". Assim, os movimentos socioterritoriais são, em princípio, uma esperança para a reestruturação de uma sociedade visando superar o modo capitalista de produção. Além disso, esses movimentos têm o território em sua materialidade como condição para sua existência (Fernandes, 2005).

Para o registro na pesquisa, trabalhamos somente com o que entendemos como movimentos constituídos. Os principais componentes a serem observados no âmbito do projeto são: nome do movimento, produção de uma ação coletiva, pauta de proposição e/ou reivindicação, e produção de espaços e territórios. No entanto, outros elementos também podem orientar a definição de movimentos constituídos, tais como forma de organização, uma identidade compartilhada, relação com outras instituições, conjuntura política, correlação de forças, negociação e a existência ou não de uma sede.

Compreendemos que os componentes mencionados são inseparáveis e complementares, portanto, um está associado ao outro diretamente ou indiretamente. A partir deste princípio da inseparabilidade, definimos como centrais os seguintes componentes: ação, nome, pauta, espaços e territórios. Nos registros, buscamos indicar se esses sujeitos coletivos podem ser lidos pelo conceito de movimentos socioterritoriais ou socioespaciais a partir dos objetivos da ação.

Para registrar os sujeitos como movimentos socioterritoriais precisamos olhar para as ações que os mesmos realizaram e que foram registradas pelas notícias, por exemplo, se o movimento X realiza uma ocupação de terras, de prédios públicos ou privados podemos lê-lo como um movimento socioterritorial, pois estão disputando um território, assim como a realização de protestos que buscam reafirmar a necessidade da reforma agrária ou lutar contra os despejos.

Como exemplo, destacamos uma manifestação realizada por militantes do MST em Goiás, no ano de 2021, no assentamento Oziel Alves. Os camponeses buscavam resistir às ameaças de despejo protagonizadas pela Polícia Militar. Os despejos foram um dos motivos centrais para as lutas no campo nos anos de 2020 e 2021, uma vez que diversos governos estaduais aproveitaram a

pandemia e o apoio do Governo Federal para avançarem nos processos de desterritorialização. A perda de uma parte do território (nesse caso, a terra) pelos camponeses reflete numa perda territorial como um todo: das relações sociais que ali se estabelecem em suas múltiplas escalas e dimensões. Conforme destaca Fernandes (2013), "o conceito de território não deve ser pensando como uno, mas sim como totalidade, a partir de suas múltiplas escalas e dimensões; que a terra é a base do território (...) constitui-se em fração do território que é disputada por distintos interesses das classes sociais" (Fernandes, 2013, p. 48). Verificamos que as manifestações são constantes por apropriação e resistência nos territórios camponeses em todas as regiões do país. Nesse caso, compreendemos o MST enquanto movimento socioterritorial.

Para a leitura e registro dos movimentos enquanto movimentos socioespaciais, necessitamos fazer a reflexão proposta por Fernandes (2005) sobre a mediação do espaço. Assim, quando uma ação coletiva está relacionada à elaboração e publicação de cartas abertas e manifestos, reuniões com gestores públicos e outras entidades, realização de seminários e encontros, entrevistas concedidas, além de protestos e manifestações que buscam denunciar prisões, reivindicar direitos sociais e buscar diálogos com o Estado, compreendemos que tratam de mediações de espaços, portanto, os movimentos são socioespaciais. Como exemplo, registramos uma entrevista com o coordenador nacional do MST que denuncia a CPI contra o movimento iniciada em 2023.

Neste caso, o MST pode ser lido como um movimento socioespacial, porque a ação realizada pelo movimento tem como objetivo a mediação do espaço através da comunicação para a sociedade de como há disputas em jogo em torno de projetos de desenvolvimento. Além do mais, o coordenador expõe a necessidade de se fazer a denúncia contra esse processo, mas também anuncia que o movimento pode e deve aproveitar esse momento para revelar à sociedade quais são suas estratégias ao ocupar uma terra que não cumpre sua função social. Nesse sentido, conforme o exemplo citado, um movimento socioterritorial é também um movimento socioespacial.

Por fim, destacamos que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais configuram-se dentro das dinâmicas das conflitualidades. Nesse processo em meio às lutas e disputas, "espaços de desigualdade e exclusão criam movimentos que transformam esses tipos de espaços em espaços inclusivos ou em territórios, onde os movimentos produzem novas territorialidades" (Fernandes e Sobreiro Filho, 2023, p.357). Portanto, a lente dos movimentos sociais a partir da geografia crítica permite compreender os aspectos multirrelacionais e multidimensionais que perpassam as dinâmicas territoriais no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas reflexões, a partir da perspectiva geográfica, quando é trabalhado com os movimentos constituídos e os respectivos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, têm sido desenvolvidas abordagens multidimensionais e multiescalares, as quais nos aproximam dos movimentos da realidade.

A orientação da busca pelos elementos “nome do movimento, produção de uma ação coletiva, pauta de proposição e/ou reivindicação, e produção de espaços e territórios” é basilar no passo inicial da pesquisa. Portanto, é a partir da identificação e características gerais do movimento, que se poderá categorizá-lo enquanto movimento socioespacial e socioterritorial. Todavia, não de modo absoluto, pois todo o movimento socioterritorial é também socioespacial, a depender da sua ação realizada.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; TATAGIBA, Luciana Ferreira. Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the brazilian bureaucracy. In: ROSSI, Federico M.; VON BÜLOW, Marisa (Ed.). **Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America**. Dorchester: Dorset Press, 2015. p. 73-100.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul. 209 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

BORGES, Gerson Antonio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Programa Camponês: uma política pública desde os camponeses. **In: Revista Mutirô** (Recife) V. II, No. II, p.151-165 2021.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 15-53, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço sujeito. **Revista de Geografia** (São Paulo). , v.10, p.31 - 38, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **In: Observatório Social de América Latina**. , v.16, p.273 - 284, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. **Tese** (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. In: SPOSITO, Eliseu Salverio; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (orgs.). **Teorias na Geografia III**. Mundos possíveis. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

FERNÁNDEZ, Carlos Maximiliano Macías. O processo de transnacionalização dos movimentos socioterritoriais: estudo das transterritorialidades da Vía Campesina sobre as proposições de agroecologia e soberania alimentar no Confronto Político. 2018. **Tese** (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais. **Edições Loyola**, São Paulo, 1997.

LAVALLE, Adrian G., CARLOS, Euzeneia., DOWBOR, Monika, and SZWAKO, Jose, comps. Abertura - Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 20-86.

MOURA, Joana T. V. de. Dinâmicas dos Movimentos Sociais: Reflexões sobre Cultura e Oportunidades Políticas. In: **Mediações**, , v. 23, n . 2, p. 390-411, mai-ago, 2018.

MOURA, Joana T. V. de; BEZERRA, Antonia G.; ROZENDO, Cimone. Resgatando tradições: articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. **Revista Sociedade e Estado**, 38, 01, p. 171-192, 2023.

MOURA, Joana T. V. de; KNOX, Winifred; SILVA JUNIOR, Marcos A. Os efeitos dos movimentos rurais e das oportunidades políticas na construção do programa de compras governamentais do Rio Grande do Norte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 727-749, 2021.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. **Tese** (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

PEREIRA, Danilo Valentim. Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais no Estado de S. Paulo - 2000- 2012. 2015. **Dissertação** (Mudança Social E Participação Política) - Universidade de São Paulo.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. Lonas e lutas: Análise da territorialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST. 2018. **Dissertação** (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SILVA, Marcelo K; OLIVEIRA, Gerson de L.. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011

SOBREIRO FILHO, J. Os outros movimentos dos movimentos socioterritoriais articulados em redes: uma leitura sobre convergence spaces desde o MST e suas relações urbanas e internacionais. In: Eraldo da Silva Ramos Filho, Carlos Alberto Feliciano, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, Rodolfo Souza Lima. (Org.). **Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento**. 1ed.São Paulo: Outras expressões, 2020, v. 1, p. 1-262.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e Contentious Politics: Produção do espaço, redes e lógica da racionalidade espaço temporal no Brasil e Argentina. 2016. **Tese** (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema. 2012. **Iniciação científica** (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

TAN, Anna E.; SNOW, David A. Cultural conflicts and social movements. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **The Oxford handbook of social movements**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 513-533.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político Petrópolis. **Editora Vozes**, 2009.

TILLY, Charles. **Identities, boundaries & social ties**. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

TILLY, Charles. **Social movements 1768-2004**. London: Paradigm Publishers, 2004.

TORRES, Fernanda. Movimientos sociales e institucionalización: la especificidad de los movimientos socioterritoriales. In: **Punto Sur** (julio-diciembre, 2020): [109-130]. 2020.